



AÇÃO COLETIVA E GOVERNANÇA EM REDES PÚBLICAS: ANÁLISE DOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE MINEIROS

Camila Lopes Sathler – camila.l.sathler@ufv.br

Bruno Tavares – btavares@ufv.br

Jéssica Natalia da Silva – jessicanatalia.adm@gmail.com

Departamento de Administração e Contabilidade

Centro de Ciências Humanas

Administração Pública

Trabalho de pesquisa

Introdução

Após a Constituição de 1988, que reconhece os municípios como entes federados, levando mais autonomias a estes, houve uma propagação de novas cooperações e colaborações intermunicipais. Assim, surgiram os Consórcios Intermunicipais de Saúde, que são mecanismos de união dos municípios para que possam prestar serviços que sozinhos não seriam capazes de ofertar ou que ofertariam com qualidade inferior ao necessário de forma a solucionar os problemas sanitário dos municípios e assim consolidar as demandas do sistema único de saúde (SUS).

Objetivos

Esse artigo teve como objetivo identificar elementos de governança e ação coletiva em documentos obrigatórios emitidos pelos CIS de Minas Gerais.

Material e Métodos

Foram analisados documentos que expunham as intenções e regras de funcionamento do consórcio, sendo eles Protocolo de Intenções e Estatutos. Tais documentos foram coletados acessando todas as páginas web dos CIS-MG e enviando e-mails para todos que não possuíam os documentos disponíveis durante o período de setembro de 2019 a abril de 2020. Foram coletados 8 Estatutos e 33 Protocolos de Intenções, totalizando 41 documentos analisados que foram interpretados por meio de análise documental.

Apoio Financeiro

PIBIC - CNPq

Resultados e Discussão

Os resultados indicaram que a regra básica para a formação dos consórcios é a colaboração, visto que o motivo para sua criação é atingir os objetivos que sozinhos não seria possível alcançá-los, de modo a possuir suas próprias peculiaridades de coordenação e organização como característica, confirmando o conceito de ação coletiva. Além disso, pôde-se observar que os documentos analisados possuíam objetivos de elaborar, informar e guiar as decisões políticas a serem tomadas com a intenção de implementar da melhor forma a governança.

Conclusões

Visto que o funcionamento da governança e da ação coletiva podem ser observadas nesses documentos, através da presente pesquisa foi possível verificar que em muitos contratos não foi possível observar de forma clara e organizadas as cláusulas obrigatórias, podendo resultar em uma falta de compreensão das regras, afetando a estabilidade do consórcio.

Bibliografia

DIEGUEZ, R. C. **Consórcios Intermunicipais em foco: debate conceitual e construção de quadro metodológico para análise política e institucional.** CADERNOS do DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, 2011.

WOLFART, G. A.; DA SILVA, G. M.; SCHMIDT, C. M. **Ações Coletivas na Área da Saúde: Um Estudo de Caso no Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná sobre Provisão de Bens e Serviços Coletivos.** v. 3, n. 2, 2014.

Agradecimentos

Minha gratidão especial á Jéssica por confiar em mim durante todo esse período e por se tornar uma amiga de confiança.

Ao GPPREV e ao Bruno por todos os ensinamentos.